

ATA DE REUNIÃO
TEMA – 26ª Reunião da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação.

Nº	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
09	Ementário da Receita 2019
14	MCASP 8ª Edição
	Encaminhamentos

Data	Hora (início)	Hora (término)	Relator
26/10/2018	9h00	18h00	Equipe Genop/Genoc

COORDENADORES DA CCONF

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO - COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Equipe Técnica - STN/CCONF

Nome		Nome	
ADRIANO SODRE DE MORAES	GENOC	DANIELA MONTEIRO RODRIGUES DE LIMA	GENOC
ANA KAROLINA ALMEIDA DIAS	GENOC	JEANNE VIDAL DE ARAÚJO	GENOP
BRUNO R. MANGUALDE	CSCOF	MARIA JOSÉ P. YAMAMOTO	GENOP
CLÁUDIA MAGALHÃES D. R. DE SOUSA	GENOP	SÉRGIO AMORIM DE OLIVEIRA	GENOP
CRISTINA VIEIRA QUINTÃO	GENOP	THIAGO DE CASTRO SOUSA	GENOP
DANIELE MUNIZ DE O. SILVA	GENOP	WASHINGTON NUNES LEITE JUNIOR	GENOC

PARTICIPANTES Membros Titulares e Assessores Técnicos

Instituição Representada	Titular	Assessor Técnico
ACADÊMICOS DE NOTÓRIO SABER	RICARDO ROCHA DE AZEVEDO	ALBERTO WEIMANN GERGULL
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS (ABRASF) ABRASF	LUCY FÁTIMA DE ASSIS FREITAS	ERICSSON MARCEL SALAZAR PINTO
	FLÁVIA ROBERTA BRUNO TEIXEIRA	SUANI ALVES DOS SANTOS
ABRACOM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	VITOR MACIEL DOS SANTOS	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ATRICON - ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO	JOSEDILTON ALVES DINIZ
	MARCOS ANTONIO DA COSTA	MARCIO BATISTA MARINOT
	MAZERINE HENRIQUE CRUZ LIMA	LEANDRO MENEZES RODRIGUES
CÂMARA DOS DEPUTADOS	DAYSON PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA	ELISÂNGELA MOREIRA DA SILVA BATISTA
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM)	JOSÉ RAFAEL CORRÊA	MARCUS SANTOS
	DIANA VAZ DE LIMA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)	PATRÍCIA SIQUEIRA VARELA	FELIPE SEVERO BITTENCOURT
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	GILBERTO FONSECA RAYMUNDO
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)	CLEITON AMAURY DA CRUZ DIAS	ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO
GRUPO DE GESTORES DE FINANÇAS ESTADUAIS DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (GEFIN/CONFAZ)	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	GILBERTO SOUZA MATOS
	FLAVIO GEORGE ROCHA	JULIANA DANIELA RODRIGUES
	HÉLIO SANTOS DE OLIVEIRA GOES	LAILA RODRIGUES ROCHA
	JOSE LUIZ MARQUES BARRETO	RICARDO BORGES DE REZENDE
	MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO	CARLOS ALBERTO DE MIRANDA MEDEIROS
INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB)	LUCIANE HELDWEIN PEREIRA	JORGE PINTO DE CARVALHO JÚNIOR
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	JULIO CESAR DOS SANTOS MARTINS
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	NATÁLIA APARECIDA FERREIRA
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (MPDG)	RODRIGO OLIVEIRA DE FARIA	JOSÉ ROBERTO DE FARIA
STN	GILDENORA BATISTA DANTAS MILHOMEM	LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	ALBERTO CARDOSO
	HERIBERTO HENRIQUE VILELA NASC.	ROSILENE OLIVEIRA DE SOUSA
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	LENA OLIVEIRA DE CARVALHO

SENADO FEDERAL, DENTRE AS CONSULTORIAS TEMÁTICAS	JOÃO HENRIQUE PEDERIVA	MAURÍCIO FERREIRA DE MACÊDO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)	ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	DULCE MARIA ALVES DA ROCHA COELHO	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONVIDADOS			
Nome	Órgão	Nome	Órgão
ABMAEL EVANGELISTA DA ROCHA	PREF. DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	JOSELIA MARIA DE SOUSA RAMOS	ENTIDADE MUNICIPAL
ACIR JOSÉ HONÓRIO BUENO	TCE-PR	JOSUÉ VLADIMIR GRANJENSE DE LIMA SARAIVA	Logus Tecnologia
ADELINO MENEGUZZO	Sem vínculo	JULIANA FOFONKA LEAL	TCE/RS
ADRIANO ISRAEL ANTUNES		KARLA CRISTIE NE MARTINS PEREIRA	Tribunal de Contas do Estado
ALAIR TAVARES E SILVA MOTA	TCE	KATIA ANTONIA MELO BEHRENS	Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde
ALAN FERREIRA DA SILVA	ASPEC Informática	KÁTIA ROBERTA VIEIRA FAÇANHA	
ALINE RODRIGUES ALVES	SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS	KENIA THERESCOWA DE ALMEIDA PAIVA CAMPOS	CONTROLADORIA ESTADO DO RN
ALUIZIO SOL SOL DE OLIVEIRA	TCE-RO	LEONARDO DE BRITO AQUINO SOARES	Secretaria de Planejamento e Orçamento
ANA LÚCIA ALVES FERREIRA	Secretaria de Fazenda do Estado do Tocantins	LOREDANA SCANDIUZZI	Cecam Consultoria Econômica Contábil e
ANDERSON DOS SANTOS ROCHA		LUANA LUIZA GONCALVES DE ABREU HEY	Governo do Estado de Rondônia
ANDRE DOS SANTOS LIMA	Elmar	LUCIA HELENA QUEIROZ LIMA CAMARA	CGE-TO
ANTONIA NASCIMENTO DA SILVA	Secretaria de Estado do Planejamento do Amapá	LUIZ CLÁUDIO ARAÚJO GOULART	tribunal de contas dos municipios de goias
ANTONIO JOSÉ ALMEIDA VERAS	PREFEITURA DE SÃO LUÍS - MA	LUIZ GONZAGA GOMES DERCY	Sapitur
ANTONIO JOSÉ JESUS DOS SANTOS	Tribunal de Contas do Estado da Bahia	MAIKON DAVID GUILHERME DE SOUZA	Prefeitura de São Paulo
BRENO PEREIRA DAHAS	Prefeitura Municipal de Natal	MARCEL ENRIQUE CALDAS GOMES	Prefeitura de Belo Horizonte
BRUNO RAPHAEL SARMENTO MORAES	Ábaco TI	MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES	Prefeitura de São Paulo
CAMILA MARIANA DA CRUZ GOMES COUTINHO	Outra	MÁRCIA HELENA HOKAMA RAZZINI	TRIBUNAL DE CONTAS MS
CARLOS ALBERTO	TCE	MARCIA MARIA NANTES DIAS	Prefeitura Municipal de Campo Grande - M
CARLOS ALBERTO F.RAMOS	Prefeitura Municipal de Mari	MÁRCIO FERNANDO VASCONCELOS PAIVA	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte

CARLOS CESAR DOS SANTOS SOARES	Contadoria Geral do Estado do Rio de Janeiro	MARCIO MARTINS LOUREIRO	Controladoria-Geral do Município/RJ
CARLOS HENRIQUE DA ROCHA SANTOS	INSTITUTO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL	MARCOS GERTLER	SERV.AUTÔN.MU NIC.DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
CÁTIA MARIA FRAGUAS VEIGA	Faculdade CNEC Itajaí	MARCOS UCHOA DE MEDEIROS	TCE/PB
CELIO LIMA OLIVEIRA	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul	MARCUS VINICIUS PASSOS DE OLIVEIRA	Pi Contabilidade Publica
CLÁUDIA MARQUES DE SOUSA TOSCANO	Controladoria Geral	MARGARETH BRAGA NEVES FRAGOSO	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
CLAYTON CAMPOS PORTUGAL		MARIA ALICE DE ALMEIDA SOUZA	
CRISTINA MARQUES RIBEIRO	Elmar	MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS	Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde
DANIEL REUS DA SILVA	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	MARIA HELANY DA SILVA	Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins
DANIELA PARENTE SOARES DA SILVA	Pref. de São Francisco do Conde	MARIA ISABEL DA SILVA COSTA	Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo
DANIELLE CAMILO DE BRITO	iprev maceio	MARIA MARTA RAMALHO	PREFEITURA DE MACEIO
DANIELLE RANGEL PINHEIRO CARVALHO	Controladoria Geral do Estado	MARIA RAIMUNDA ALVES PENA	PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
DIEGO ALLAN VIEIRA DOMINGUES	Sefaz	MARIA TERESA GOMES DE SOUZA MENDES	Secretaria da Fazenda
EDÉSIA FURLAN	TRIBUNAL DE CONTAS	MARILENE GOMES DE SOUSA RÊGO	Tribunal de Contas do Estado da
EDSON CUSTÓDIO	Acadêmicos de notório saber em Contabilidade Aplicada ao Setor Público	MARISTELA MOREIRA AMORIM	camara Municipal de Camaçari
ELBIA SCHUINDT DA SILVA	PARANAPREVIDÊNCIA	MAXWELL DE MORAIS CHIANCA	Info Public Informática
ELIANE MAGDA ROCHA	Prefeitura do Município de São Paulo	MAYKON CARMINATTI DE FREITAS	TCE/SC
EMERSON ONOFRE PEREIRA	Prefeitura do Município de São Paulo	NELSON HENRIQUE DE CARVALHO	
ERIKA OLIVEIRA DOS SANTOS LIMA	Controladoria Geral do Estado da Paraíba	NIVEA MARIA EREMITH DE SOUZA	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IVALDO PEREIRA DE SOUZA	Prefeitura Municipal de Camaçari	PATRICIA RODRIGUES FERNANDES DE OLIVEIRA	TCE/RJ
FABIANA FERREIRA PASCOALOTO	Acadêmicos de notório saber em	PATRICIA SARMENTO DOS SANTOS	TRIBUNAL DE CONTAS DO MS

	Contabilidade Aplicada ao Setor Público		
FABIANA SANTOS DA PURIFICAÇÃO	Prefeitura Camaçari	PAULO FRANCISCO FERREIRA	PE - SECRETARIA DA FAZENDA
FABIO MARTINS MATTOSO CAMARA	SAPITUR	PAULO VITORIANO DE OLIVEIRA	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
FABIOLLA DA SILVA BRANDÃO VIEIRA	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	PEDRO EDUARDO ALVES	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FERNANDA PINHEIRO PANTOJA		PLACIDO CESAR PAIVA MARTINS JUNIOR	TCE/PB
FRANCISCO DOS SANTOS	Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde	RAFAEL DOS SANTOS FERREIRA	Município de Camaçari
GABRIEL MARTINS SILVA	Centi	RAQUEL LEDA CORDEIRO CAPISTRANO	Outra
GABRIEL REZENDE LOURENÇO DE AZEVEDO	Tribunal de Contas	RENATA FARIAS FREIRE DE SOUZA	Prefeitura do Município de São Paulo
GEORGENES CAIUBA PONTES	Tribunal de Contas do Estado do Acre - AC	RENATO CRISTIANO CORREA DOS SANTOS	CONFEF
GERSON RAIMUNDO DE SANTANNA FILHO		RENATO FERREIRA COSTA	
GILSON ROBERT ARAUJO	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO	RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE	AL Secretaria da Fazenda do Estado
GIOVANNA FERNANDA BORGES	logus informatica	RICARDO FERRAZ DE LIMA	convidado
GISSELE SOUZA DE FRANCESCHI NUNES	TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL DE SANTA CATARINA	RICARDO GUERRA	RMG Informática
GLEMIRA MARIA MENDES GOMES	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	RODRIGO MATHIAS PRAXEDES DA SILVA	
GUILHERME GENRO SAMPEDRO	tce	RONALDO ANDRADE LAMPRECHT	TCE RR
GUILHERME MACIEL MAFRA	PM Balneário Camboriú: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	ROSA DE ALMEIDA GUTERRES	Secretaria da Fazenda do Estado
GUSTAVO MANOEL ESPINDOLA	Município de Balneário Camboriú: Município de Balneário Camboriú	ROSANA MITICO KITAZUME KANEKO	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
HELENALDO PINHO MORAES JUNIOR		ROSANE MORETTI	TCE-RS
HÉLIO SILVEIRA ANTUNES	TCE-SC	RUTE PERASSOLI CORDEIRO	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
HELOISE REZENDE DA SILVA	Tribunal de Justiça do MS	RUTH HELENA DELGADO BASTOS	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARA

HELVILANE MARIA ABREU ARAUJO	TCE/MA	SANDRA PEREIRA MEZZOMO	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RS
HENRIQUE APARECIDO VICENTE	Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo - SBCPREV	SERGIO MAURICIO DE LIMA	Tribunal de Contas dos Estado do Paraná
HÉVERTON ALMEIDA DE ANDRADE	Secretaria de Estado de Finanças de RO	SILVIA LUZIA BAIK	Outras
IARA NILDA BORGES CORREA	CONT	SILVIA MARIA LIMA SILVA	ASPEC INFORMÁTICA
ISRAEL AUGUSTO MARINS MORETONI	Prefeitura Municipal de Niterói	SILVIA NELI DE LIMA GUEDES	PREFEITURA DE MACEIO
JANETH APARECIDA LINS QUEIROZ	Prefeitura Municipal de Campo Grande	SORAYMA SOARES DE ALMEIDA VIANA	Secretaria de Estado da Fazenda
JANIO MARQUES DE SOUZA	PREFEITURA DE GOIANIA	SUZANA MARIA LANDIM NASSIF	Outra
JOANA CARLA MARQUES DE ANDRADE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ	SYLVANA MARIA DE CARVALHO CARLINI MONTE DA SILVA	Secretaria Fazenda
JOÃO MARCOS MEDEIROS SCARAMELLI	Elotech	TERESA PAULINE PEREIRA	CAMPO GRANDE
JORGE UCHÔA DE MEDEIROS	Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	VALBERTO ALVES ABREU	SEFIN-Fortaleza
JOSÉ ALEXANDRE DE AQUINO NETO	PublicSoft Informática	VERONICA DIAS VIEIRA	VEM Contabilidade LTDA
JOSÉ DE SOUZA SILVA	Prefeitura do Município de São Paulo	VICTOR LAMARK	Aspec
JOSÉ FERNANDO DOMICIANO	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	WAGNER	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias
JOSÉ FRANCISCO VIEIRA JÚNIOR	TCE/MG	WAGNER YUICHI CAPELLI	
JOSE HOSANAN INACIO	MEGASOFT INFORMATICA	WARLEY FERREIRA GOIS	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
JOSÉ MÁRCIO DE OLIVEIRA	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJOBÍ	WELDER CARLOS CARRIJO	Outra
JOSÉ MÁRIO WOJCIK	Tribunal de Contas do Estado do Paraná	YASMIM DA COSTA MONTEIRO	Prefeitura Municipal de Niterói
JOSÉ RICARDO PANIAGUA JUSTINO	TCE MATO GROSSO DO SUL	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX

09	Ementário da Receita 2019
14	MCASP 8ª Edição
	Encaminhamentos

Itens 09 e 14 - Ementário da Receita 2019 e MCASP 8 Edição

O tema “Ementário da Receita” foi apresentado por Washington Nunes, enquanto o tópico “MCASP 8ª Edição” foi apresentado por Ana Karolina Dias, ambos representantes da STN, e o material está disponível no site da STN no link: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/ctconf>.

Discussões:

Leonardo Nascimento (STN) agradeceu a equipe por ter feito as alterações no MCASP em tempo recorde, enquanto o CFC ainda estava elaborando as NBC TSP. Menciona que a parte da elaboração do Manual, com as suas normas, é a parte mais fácil do processo, sendo a parte mais desafiadora a questão da implementação das normas, principalmente no caso brasileiro, que tem sido acompanhado de perto por organismos internacionais.

Jorge de Carvalho (IRB) enfatiza a necessidade de melhorar o processo de construção dos manuais, em relação ao tempo, dando como exemplo as 5 NBC TSP que estão na iminência de serem publicadas pelo CFC, e já serão incorporadas na nova edição do MCASP, que já terá validade no dia 1º de janeiro de 2019. Entende que na 9ª edição do MCASP, tem que ser mais rápido esse processo, para ter tempo de adaptação para os usuários. Argumenta também que “as pessoas da ponta” (os usuários finais do Manual) terão dificuldades para internalizar todas as mudanças propostas na nova edição do MCASP. Sobre as questões operacionais, informa que o capítulo sobre o ativo intangível é 100% textual e pergunta se, no processo de consulta, é possível sugerir roteiros de contabilização. Finalizando, informa que a parte de “Perguntas e Respostas” está desatualizada, não devendo fazer parte da nova edição do MCASP (poderia voltar em outro momento) pois os Tribunais de Contas consideram essa parte como normativa, sendo utilizada como critério para avaliação dos jurisdicionados.

Ana Karolina (STN) disse que podem enviar as propostas com roteiros de contabilização, no processo de consulta pública, mencionado que as contribuições são bem-vindas. As contribuições serão avaliadas e se forem válidas poderão ser incorporadas ao Manual. Quanto à parte do “Perguntas e Respostas”, menciona que a sugestão será avaliada, sendo que a STN tem um projeto de melhorar essa parte do Manual, atualizando com novas perguntas recebidas nas ouvidorias, que será realizado futuramente.

Leonardo Nascimento (STN) disse que a parte de “Perguntas e Respostas” foi apartada do MCASP para permitir uma flexibilidade, possibilitando que o Manual possa ser lançado primeiramente. Também agradece as sugestões.

Luciane (IRB) tratou do Ementário da Receita e o PCASP, sugerindo que esses instrumentos sejam mais detalhados na descrição das contas, para diminuir os questionamentos dos municípios. Além disso, como recentemente foram criadas novas Naturezas de Receita – NR, que tivessem uma indicação de qual NR era utilizada anteriormente, na parte de síntese de alterações. Finalizando, sugere que as atualizações do PCASP não viessem só no formato “word”, mas também em planilha de “excel”, do mesmo jeito que já ocorre com o Ementário.

Ana Karolina (STN) mencionou que tem 2 anos que os arquivos do PCASP já são disponibilizados como planilhas e que é possível que a síntese de alterações também tenha esse formato.

Diana Lima (CNM) questionou os critérios da votação eletrônica, entendendo que essa alternativa retira a oportunidade de ver como os colegas da CTCONF irão se manifestar. Enfatiza que os critérios devem ser transparentes e a votação deve ter plena publicidade. Além disso, registra um protesto à fala da Subsecretária Gildenora, realizada no dia anterior, sobre, segundo ela, a possibilidade da STN tomar decisões à revelia da CTCONF. Finalizando, fala sobre o cuidado que deve ter com as normas que estão sendo convergidas, pois muitas delas são baseadas nas IFRS, que são normas de contabilidade aplicada ao setor privado. Tem que haver uma leitura cuidadosa para a operacionalização dessas normas no MCASP.

Leonardo Nascimento (STN) mencionou que seria importante manter o foco nas discussões técnicas e que o correto seria apresentar o protesto à fala da Subsecretária na presença dela, uma vez que a manifestação foi de caráter pessoal. Ao esclarecer o sentido correto da fala da Subsecretária a fim de se evitar um mal-entendido, Leonardo diz que desde a LRF a STN tem a prerrogativa de edição de normas gerais sobre consolidação das contas públicas, e antigamente a STN editava os Manuais com base nessa prerrogativa, sem discussão prévia à inserção dos Manuais, e com a existência dos grupos técnicos e, posteriormente, da CTCONF houve um avanço significativo. Quanto à questão da votação eletrônica, informa que terá publicidade e a reunião vai seguir o mesmo rito que teria se fosse presencial, sendo a única diferença a que vai ser realizada à distância.

Flávio Rocha (GEFIN) disse que gostaria de contar com o apoio dos Tribunais de Contas, no sentido de reforçar a ideia do MCASP como um mecanismo de filtro normativo, para que as NBC TSP sejam cobradas de maneira gradual. Gostaria que os Tribunais

de Contas não cobrassem os contadores dos entes por não aplicarem integralmente as NBC TSPs. Além disso, reforça a posição de Jorge, de que o processo de elaboração do MCASP deve ser otimizado, sendo publicado mais rapidamente.

Rafael (CNM) enfatizou a questão do curto prazo entre a publicação do MCASP e de sua validade, gerando dificuldade principalmente para os pequenos municípios assimilarem todas as mudanças. Questiona também a existência do “Perguntas e Respostas” como parte do Manual, já que se os Tribunais de Contas consideram essa parte como peça normativa, devia ficar separado do MCASP. Finalizando, menciona a necessidade das áreas da saúde e educação estarem juntos nesse processo, para não ser necessária a realização de “de-para” para enviar a informação para o SIOPE e o SIOPS.

Leonardo Nascimento (STN) mencionou que a participação da saúde e da educação será constante nas próximas CTCONFs. Em relação ao prazo do MCASP, informa que já era previsto que essa situação ia acontecer, em função da incorporação de várias normas da NBCT TSP e do trabalho do Grupo Assessor. Para a próxima edição do MCASP (2022) já foi feito um cronograma para que o Manual possa sair mais rapidamente.

Alberto (Academia) mencionou os avanços nos últimos anos na contabilidade pública, citando o marco que foi a elaboração do PCASP. Também enfatiza as especificidades da contabilidade do setor público, desconhecidas de uma boa parte do público, e as dificuldades de sua aplicação, quando comparadas com a contabilidade do setor privado. Finalizando, congratula todos os participantes e a STN, por como o processo tem se desenvolvido.

Ricardo (GEFIN) começou tratando do ementário da receita, falando que foi feita uma sugestão para a STN de inclusão de um código para as receitas de contribuição patronal dos militares, decorrente de sentenças judiciais. Quanto ao MCASP, menciona a necessidade de uma compatibilização entre a nova versão do MCASP e a Portaria 548, que trata do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais -PIPCP, em relação a divergência de prazos para implementação. Também pede para a STN avaliar o pedido de prorrogação do prazo da referida Portaria, realizado pelo GEFIN mediante ofício enviado à STN, em função da quantidade de implantações que os entes estão tendo que fazer, principalmente na área de tecnologia de informação. Finalizando, sugere que seja criada uma regra de transição quando forem incluídos novos procedimentos e normas no MCASP.

Ana Karolina (STN) mencionou que a sugestão de inclusão de nova conta no ementário da receita já foi analisada e será incluída em sua próxima atualização.

Leonardo Nascimento (STN) não observou incompatibilidade de prazo entre as normas estabelecidas no novo MCASP e na Portaria 548, pois entre os dois prevalece o estabelecido no PIPCP. Além disso, os prazos da Portaria 548 são prazos máximos para a sua implantação.

Juliana (GEFIN) ao tratar do Ementário da Receita, também menciona que enviou sugestões sobre alterações de contas no ementário da receita para a STN, que ainda não foram respondidas, e questiona como ficaria essa questão conjuntamente com o a Matriz de Saldos Contábeis – MSC, que poderia gerar inconsistências no seu preenchimento. Afirma também que deveria existir um canal mais célere, na STN, para tratar dessas questões. Finalizando, sugere a criação, dentro do ementário, de uma seção que explique as mudanças ocorridas. Já sobre o MCASP, enfatiza o curto prazo da consulta pública, o que acaba diminuindo o número de contribuições, citando especificamente a norma de RPPS.

Washington Junior (STN) mencionou que após a CTCONF o Tesouro vai fazer uma força tarefa para responder todas as ouvidorias pendentes. Quanto a questão do ementário, disse que vai analisar a contribuição feita.

Jorge de Carvalho (IRB) entendeu que é temeroso que os Tribunais de Conta considerarem como critério, ao avaliar os jurisdicionados, normas de contabilidade que ainda não estão em vigência. Entretanto, menciona que a própria Portaria 549 estabelece que os Tribunais de Contas poderiam antecipar os prazos do PIPCP. Por ele ter vindo da área de execução orçamentária, faz um apelo para que os Tribunais não antecipem a cobrança dessas normas, pois o processo de implantação das normas não é fácil. Finalizando, disse que desconhece se os Tribunais do país têm feito essa antecipação e menciona que o Tribunal de Contas do município de São Paulo não fez essa antecipação.

Leonardo Nascimento (STN) concordou com Jorge que antecipar os prazos do PIPCP não é interessante. Quanto ao “Perguntas e Respostas” entende que não é uma parte obrigatória do Manual, mas que obviamente apresenta interpretações da STN.

Eliane (Município de São Paulo) mencionou que na última CTCONF estavam sendo analisadas novas classificações orçamentárias, para rubricas de programas de parcelamentos, em que se substituiria as categorias econômicas por “3” e “4”.

Pergunta se essa classificação já vai estar no ementário válido para 2020. Pergunta também se haverá outras alterações significativas no ementário, além do dígito “8”.

Washington Junior (STN) mencionou que a questão do parcelamento já está vigente no ementário publicado, mas não com a utilização das categorias econômicas “3” e “4”, pois operacionalmente não funcionaria bem. Foi realizado uma alteração por dentro do ementário, para possibilitar a identificação dos parcelamentos, sem mexer nas categorias econômicas. Quanto a outra questão (do dígito “8”) foi acordado na STN que será deixada para a próxima alteração do ementário, em função da complexidade de sua modificação.

Cláudia (Contadoria-Geral da Paraíba) falou que estão com grandes dificuldades para envio dos dados do SIOPE, dado o problema de envio de dados e dificuldade de comunicação. Enfatiza a importância da saúde e educação estarem presentes na CTCONF. Também menciona a questão do dígito “8”, enfatizando a dificuldade de realizar essas alterações no nível operacional. Finalizando, acha muito importante o evento e agradece a oportunidade de os convidados poderem se pronunciar.

Leonardo Nascimento (STN) agradeceu a participação, mencionando que as colocações dela procedem. Quanto a questão da saúde e da educação, menciona que a ideia é que estejam presentes em todas as CTCONFs, para que os agentes possam falar diretamente para eles os seus pleitos.

Veras (CGM São Luís) parabenizou a STN pelo MCASP, pela sua relevância para a contabilidade pública, mencionando que, como professor, utiliza o Manual como bibliografia para o ensino de contabilidade pública para seus alunos, sugerindo que a STN voltasse a publicar, em papel, o MCASP, que seria importante para o aprendizado dos alunos.

Leonardo Nascimento (STN) agradeceu a participação, mas menciona que, em função dos altos custos e problemas de logística, a STN não tem intenção de voltar com a publicação impressa do MCASP. Mas a STN está pensando em outras tecnologias, não ficando só limitado ao arquivo “pdf”, adicionando uma visualização no modo “web” para facilitar a navegação ou um formato “epub” para leitores digitais.

Ricardo Ferraz (Convidado) mencionou que na apresentação sobre o MCASP estava previsto a implementação até a NBC TSP 15 na nova edição do MCASP, mas no site do CFC só está publicado até a NBC TSP nº 10. Assim pergunta se houve uma divulgação dessas normas, com tempo hábil para a sua análise e discussão, dado o curto prazo para a sua implementação no MCASP.

Leonardo (STN) mencionou que as referidas normas já foram discutidas e aprovadas, só que depois de aprovado pelo plenário do CFC tem um período até a sua publicação, para revisão final (ortográfica e ajustes finais). Menciona o papel de filtro normativo do MCASP: as NBC TSP são consideradas, mas o manual vai implementando as normas de maneira gradual.

Marcos (Município de São Bento) mencionou que hoje em dia a tecnologia disponibiliza os conhecimentos de maneira fácil, mas há uma falta de interesse por parte da população em buscá-lo. Enfatiza que os meio para o acesso à informação estão disponíveis, mas devemos encontrar uma forma de alcançar o público. Finalizando, pede que tenha um maior detalhe, na questão do ementário, especificamente quanto ao dígito “8”, pois as vezes faltam algumas descrições de contas, especificamente na parte de taxas (que tem nos dígitos “1” e “2”) e que não estão disponíveis naquele dígito, tendo que ser utilizada a codificação “Outros”.

Ana Karolina (STN) pediu para o Marcos enviar essa contribuição para a STN, para ser analisada. Menciona também a necessidade da revisão das IPCs dos demonstrativos contábeis, enfatizando que a STN entende que elas estão defasadas, estando nos planos de trabalho a sua atualização. Finalizando, reforça o pedido de desculpas quanto a questão do atraso das ouvidorias, já que a equipe é pequena e estava mobilizada com o MCASP, mas agora será realizada uma força tarefa para responder as ouvidorias em atraso.

Encaminhamentos

Item 09 – Ementário de Receita

- A minuta do ER para 2020 deverá ser elaborada até o final de fevereiro de 2019
- A minuta deverá ser validada pela SOF/MPDG na primeira quinzena de março de 2019
- Consulta pública a ser disponibilizada até o final de março até abril de 2019

- Votação e aprovação na reunião da CCONF de maio/2019
- Publicação do novo ER: 1ª quinzena de maio/2019

Item 14 – MCASP – 8ª Edição

- Consultas públicas em andamento até 01/11
- Capítulos de DCASP e RPPS serão disponibilizados para consulta com prazo até 16/11
- Votação eletrônica nos dias 29 e 30/11 (objeto de votação: síntese de alterações)
- Publicação até no início de dezembro de 2018, com vigência a partir do exercício de 2019
- Vigência do conteúdo até 2021 (com possibilidade de alteração de estrutura em 2019). Discussão no âmbito do ACT com os TCs sobre implementação